



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
CENTRO DE APOIO AOS LEILÕES JUDICIAIS UNIFICADOS

CumPrSe 1001098-57.2024.5.02.0203

REQUERENTE: GORDILHO, NAPOLITANO E CHECCHINATO ADVOGADOS
ASSOCIADOS E OUTROS (1)

REQUERIDO: MARTA APARECIDA GOMES DA SILVA

Edital de Leilão Judicial Unificado

3ª Vara do Trabalho de Barueri/SP

Processo nº 1001098-57.2024.5.02.0203

O Juiz do Trabalho do Centro de Apoio aos Leilões Judiciais Unificados, FAZ SABER, a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que no dia 16/07/2026, às 10:31 horas, através do portal do leiloeiro Ricardo Lucas Granado da Silva - www.granadoleiloes.com.br - serão levados a leilão judicial e arrematação os bens penhorados na execução dos autos supramencionados entre as partes: **GORDILHO, NAPOLITANO E CHECCHINATO ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ: 04.003.078/0001-10; SAUL KLEIN, CPF: 523.126.828-34 , exequente, e MARTA APARECIDA GOMES DA SILVA, CPF: 298.572.048-64, executado(s), conforme laudo de avaliação constante dos autos, e que são os seguintes BENS:**

IMÓVEL MATRÍCULA 48.930 do CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO SEBASTIÃO/SP. Contribuinte Municipal nº 3133.214.6448.0457.0000 (para todo o condomínio). DESCRIÇÃO: IMÓVEL: FLAT N. 12-BLOCO N. 3, do CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MONTE ZION, localizado na Rua Olímpio Romão César, n. 416, no bairro e Distrito de Maresias, neste Município, com a área construída privativa de 69,84m² (sendo 34,92m² no pavimento térreo e 34,92m² no pavimento superior), a área comum construída de 5,5208m², totalizando a área construída de 75,3608m². Possui a área de terreno comum de uso exclusivo de 50,92m², a área de terreno comum de 125,9057m², totalizando a área de terreno de 176,8257m², correspondendo-lhe fração ideal de 3,3017% no terreno condominial e nas demais coisas de uso comum. Tem o direito a uma (1) vaga de estacionamento para veículo de passeio de pequeno ou médio porte. OBSERVAÇÕES: 1) Certificou o oficial de justiça que: "(Id: b76e8f1) ... o imóvel está em bom estado de conservação (...)" ; 2) (Id: 9ac1ab5) Não há débitos de IPTU até a data de 30/03/2026; 3) Consignou em despacho o juízo da execução que: "(Id:) No momento da realização da diligência, o oficial de justiça deverá

dar ciência ao síndico do Condomínio Residencial Monte Zion para que informe ao Juízo, em 5 dias, a existência de débitos condominiais. Consigno que o silêncio será considerado inexistência de débitos"; 4) Verificou-se que o expediente restou silente com relação a eventual isenção dos créditos tributários para o arrematante, assim, ante a informação supra, à luz do decidido pelo Juiz Presidente dos Leilões Judiciais e nos termos do art. 1º, § 7º do Provimento GP/CR nº 07/2021, o arrematante adquire o bem livre de quaisquer ônus tributários. Ficarão a cargo do arrematante os débitos (propter rem) de natureza não tributária que constarem expressamente do edital (art. 1º, § 8º do referido provimento). Valor Total da Avaliação do Imóvel em R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais).

Local dos bens: Rua Olímpio Romão César, 416 - Flat 12 - Bloco 3
- Bairro Maresias - São Sebastião/SP

Total da avaliação: R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais)

Lance mínimo do leilão: 40%

Leiloeiro Oficial: Ricardo Lucas Granado da Silva

Comissão do Leiloeiro: 5%.

O leilão judicial será realizado exclusivamente na modalidade eletrônica.

O **exercício do direito de preferência** deverá ser requerido junto ao leiloeiro, por e-mail: atendimento@granadoleiloes.com.br, com a antecedência de 48 horas ao leilão.

O arrematante, que não seja exequente no processo, pagará, no ato do acerto de contas do leilão judicial, uma primeira parcela na ordem de 20% (vinte por cento), do valor do lance como sinal e garantia, mais a integralidade dos 5% (cinco por cento) da comissão do leiloeiro, calculados sobre o valor da arrematação. A primeira parcela será recolhida através de boleto bancário, à disposição do Juízo da execução, perante o Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, conforme a hipótese. Já a comissão do leiloeiro será paga diretamente a ele mediante recibo a ser anexado ao processo de execução. A segunda parcela do valor do lance, na ordem de 80% (oitenta por cento), será satisfeita, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o leilão judicial, diretamente na Agência Bancária autorizada, mediante guia boleto emitido por

ocasião do leilão. Por ato voluntário, o arrematante poderá efetuar o pagamento do sinal em percentual superior a 20%, bem como poderá depositar 100% do valor de arrematação.

O arrematante interessado em adquirir o bem no leilão judicial em prestações, deverá ofertar lance diretamente no sítio do leiloeiro, com esta opção, atendendo às seguintes condições:

a) O lance ofertado para pagamento à vista sempre prevalecerá sobre os lances ofertados para pagamento parcelado de mesmo valor;

b) O lance ofertado para pagamento parcelado em menor número de parcelas prevalecerá sobre os demais lances parcelados de mesmo valor;

c) Oferta de sinal de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o saldo restante, parcelado em até 30 (trinta) meses. As parcelas serão corrigidas monetariamente pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por outro que venha a substituí-lo.

d) Não serão aceitos parcelamentos com parcelas inferiores a R\$ 1.000,00 (mil reais).

e) O parcelamento será garantido por hipoteca sobre o próprio bem, quando se tratar de imóveis e por caução idônea, quando se tratar de bens móveis, caução esta condicionada à aceitação pelo Juiz Presidente dos Leilões Judiciais.

f) Não sendo aceita a caução idônea pelo juiz, ou no caso da sua não apresentação ao Leiloeiro no prazo de 24 horas ao ato, a forma de pagamento do saldo remanescente automaticamente será alterada para "À VISTA", nesse caso, o arrematante declara desde já ciência da condição estabelecida, se comprometendo a efetuar o pagamento na forma acima determinada, sob pena de aplicação das penalidades administrativas.

f) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas.

g) O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

Compete apenas ao interessado no(s) bem(ns), eventual pesquisa de débito junto aos diversos órgãos.

Após apregoados todos os lotes, os bens que não forem objeto de arrematação serão apregoados novamente na mesma data, no repasse ao final do leilão, podendo os lotes ser desmembrados, salvo disposição em contrário constante do edital, mantendo-se o mesmo percentual de lance mínimo praticado no primeiro pregão.

Visitação dos bens: as 8:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, todo e qualquer interessado, acompanhado do leiloeiro oficial ou de quem este indicar por escrito, deverá ter acesso aos bens referidos neste edital, sob pena de imediata remoção ou imissão na posse, conforme a hipótese, assumindo o leiloeiro oficial o compromisso de depositário fiel.

Esta publicação supre a necessidade de intimação direta às partes. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário de Justiça Eletrônico Nacional - DJEN.

SAO PAULO/SP, 08 de abril de 2026.

JOAO CARLOS DA VEIGA
Servidor



Documento assinado eletronicamente por JOAO CARLOS DA VEIGA, em 08/04/2026, às 12:14:35 - c6d3180
<https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/26040812143296300000453753037?instancia=1>
Número do processo: 1001098-57.2024.5.02.0203
Número do documento: 26040812143296300000453753037